

Pousada de Juventude da Caldeira de Santo Cristo



# Relatório de Gestão e Contas



## Pousada de Juventude da Caldeira de Santo Cristo

**Exmos. Senhores,**

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias submetemos à apreciação dos sócios o Relatório de Gestão e Contas da Sociedade “Pousada da Juventude da Caldeira do Santo Cristo, Lda.”, referentes ao exercício económico findo em 31 de dezembro de 2017.

### **1. A EMPRESA**

Firma: A sociedade do tipo por quotas tem a denominação “Pousada da Juventude da Caldeira do Santo Cristo, Lda.”

Data da sua constituição: 17 de julho de 2009.

Sede: Canada da Vinha Nova, Fajã Grande

9850 Calheta

São Jorge - Açores

Capital social: 1.150.000,00 €

Matrícula na C.R.C. de Ponta Delgada: 508963923

N.I.P.C.: 508 963 923

Objeto social: Pousada de Juventude

C.A.E.: 55 204

Gerência a 31 de dezembro de 2017:

Diana Rosa Ávila Valadão

Manuel António das Matas dos Santos

Os membros da Gerência, não recebem qualquer remuneração pelo desempenho das respetivas funções e que são as seguintes:

**Diana Rosa Ávila Valadão**, nascida a 19/01/1975 em Fontinhas, Praia da Vitória, com Curso Superior de Engenharia de Máquinas, Ramo Energia, pelo Instituto Politécnico Autónomo de Lisboa, sendo-lhe oficialmente reconhecido o grau Bacharel, concluído em 1998, exerce as funções para as quais foi confiada como Gerente da sociedade Pousada da Juventude da Caldeira do Santo Cristo, Lda desde 08 de novembro de 2012;

- De 1 de outubro de 1997 a 31 de dezembro de 2004, funcionária da empresa José de Meneses Pereira Valadão – metalomecânica;

- De 1 de janeiro de 2005 a 17 de novembro de 2008, funcionária e sócia da empresa José Valadão & Filhos, Lda., metalomecânica e também dedicada à construção civil;

- De novembro de 2008 a junho de 2009, foi Deputada Regional, na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores;

- Desde 1 de julho de 2009 é Vogal do Conselho de Administração da Sociedade Ilhas de Valor, S.A..

**Manuel António das Matas dos Santos**, nascido a 27-04-1956, natural da freguesia de Norte Grande, Ilha de São Jorge, residente na Rua António Faustino de Borba, n.º 12, na freguesia e Concelho da Calheta, sendo ordenado a Sacerdote a 27 de junho de 1982, exerce as funções para as quais foi confiado como Gerente da sociedade Pousada da Juventude da Caldeira do Santo Cristo, Lda desde 16 de julho de 2009;

- Pároco em Piedade e Ribeirinha do Pico de 1982 a 1989;

- Pároco de Calheta e Norte Pequeno a partir de setembro de 1989;

- Ouvidor Eclesiástico desde 1990;

- Vigário Episcopal para a Ilha de São Jorge desde 1990 até à extinção do cargo a nível diocesano;

- Atualmente é Professor na Escola Básica e Secundária da Calheta, Escola Pe. Manuel Azevedo da Cunha, desde 1995.

## 2. ATIVIDADE DESENVOLVIDA

A empresa no ano 2011 deu por concluída a empreitada da adaptação do edifício existente a Pousada da Juventude, tendo sido celebrado o contrato de cessão de exploração com a sociedade Pousadas de Juventude dos Açores SA, entidade com vocação e experiência na exploração de empreendimentos deste ramo de atividade.

Ao longo do exercício de 2017, a empresa procedeu ao acompanhamento da atividade daquela unidade, no sentido de proporcionar aos seus clientes um alojamento de qualidade com vista à promoção e da oferta de um produto turístico completo e diversificado sobre o qual tem-se reproduzido afirmativamente no desenvolvimento da ilha, bem como dos processos de pagamentos finais de investimentos relacionados com a empreitada e respetivos equipamentos.



*Fig.1. e 2. Interior do Edifício da Pousada da Juventude da Caldeira do Santo Cristo, Lda.*



### 3. RECURSOS UTILIZADOS

#### 3.1. RECURSOS HUMANOS

A empresa durante o ano de 2017 não teve trabalhadores ao seu serviço.

### 4. SITUAÇÃO ECONÓMICO - FINANCEIRA

A leitura deste capítulo, feita em conjugação com as demonstrações financeiras (Balanço, Demonstração por natureza e por funções e respetivos anexos), possibilitará uma rápida visualização da situação económica e financeira da empresa.

#### 4.1. SITUAÇÃO ECONÓMICA

##### 4.1.1. RENDIMENTOS

A empresa em 2017 apenas registou de rendimentos a proporcionalidade referente ao subsídio não reembolsável destinado a investimento (SIDER), e outros relacionados com proveitos residuais fora do âmbito da prestação de serviços.

##### 4.1.2. GASTOS

Ao nível dos gastos, a mais relevante continua a ser a rubrica “gastos com depreciação”.

##### 4.1.3. RESULTADOS

Rubricas	PERÍODOS	
	2017	2016
Resultados operacionais	-19.795,80	-6.954,33
Resultados financeiros	0,00	-9.861,44
Resultados antes de impostos	-19.795,80	-16.815,77
Resultado líquido do exercício	-19.795,80	-16.815,77

#### 4.2. SITUAÇÃO FINANCEIRA

A empresa apresenta no exercício de 2017 resultado negativo no valor de – 19.795,80 euros (*dezanove mil setecentos e noventa e cinco euros e oitenta cêntimos*).

#### 4.3. DADOS ECONÓMICO-FINANCEIROS

De seguida, apresenta-se um quadro síntese dos principais dados económico-financeiros que demonstram a situação patrimonial da empresa e permitem fazer uma avaliação dos principais indicadores de gestão.

Indicadores Relevantes	PERÍODOS	
	2017	2016
Total de Proveitos	54.570,62	54.261,37
Volume de Negócios	0,00	0,00
Resultados Financeiros	0,00	-9.861,44
EBIT (Resultados Operacionais)	-19.795,80	-6.954,33
Resultados Antes de Impostos	-19.795,80	-16.815,77
Resultado Líquido do Exercício	-19.795,80	-16.815,77

#### 4.4. INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS

Outros Indicadores	PERÍODOS	
	2017	2016
Rendibilidade Financeira	-1,46%	-1,48%
Rendibilidade Económica	-1,11%	-0,87%
Grau de alavanca financeira	100,00%	100,00%
Liquidez Reduzida	0,29%	2,97%
Liquidez Imediata	0,06%	0,19%
Grau de Cobertura de Imobilizado	76,76%	62,32%
Prazo médio de Pagamentos	15,00	15,00

A situação financeira da empresa é boa, atendendo ao elevado valor dos seus capitais próprios.

## Pousada de Juventude da Caldeira de Santo Cristo

### 5. FACTOS RELEVANTES APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Não se verificaram quaisquer factos relevantes após o termo do exercício.

### 6. DÍVIDAS À ADMINISTRAÇÃO FISCAL E AO CENTRO REGIONAL DE SEGURANÇA SOCIAL

A empresa não tem em mora qualquer dívida à Administração Fiscal, nem ao Centro Regional de Segurança Social, nem a quaisquer outras entidades públicas.

### 7. PERSPETIVAS

Prevê-se que no ano de 2018 a empresa continue a desenvolver e acompanhar a atividade da Pousada da Juventude na ilha de São Jorge.

### 8. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

O resultado líquido negativo apurado no exercício económico de 2017 foi de 19.795,80€ (*dezanove mil setecentos e noventa e cinco euros e oitenta cêntimos*), propondo a Gerência a seguinte aplicação:

- Transferir para Resultados Transitados o valor do resultado do exercício no valor de – 19.795,80 euros.

Calheta, 15 de março de 2018

**A GERÊNCIA**

  
\_\_\_\_\_

  
\_\_\_\_\_

**9. CONTAS**

**BALANÇO**

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA**

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES**

**DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA**

**ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA**



**Balço Individual  
a 31-12-2017  
(montantes em euros)**

ATIVO		2017	2016
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	6	1 770 886,52	1 827 423,80
Propriedades de Investimento		0,00	0,00
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial		0,00	0,00
		<b>1 770 886,52</b>	<b>1 827 423,80</b>
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários		0,00	0,00
Cientes		0,00	0,00
Adiantamentos a fornecedores		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	7	5 587,04	4 518,24
Outras contas a receber	10	0,00	98 025,32
Diferimentos		0,00	0,00
Caixa e depósitos bancários	4	1 581,17	7 077,49
		<b>7 168,21</b>	<b>109 621,05</b>
<b>Total do activo</b>		<b>1 778 054,73</b>	<b>1 937 044,85</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>Capital próprio</b>			
Capital realizado	8	1 150 000,00	1 150 000,00
Reservas legais	8	0,00	0,00
Resultados transitados	8	-173 360,59	-157 044,82
Outras Vanações no Capital Próprio	8	402 461,86	162 702,10
Resultado líquido do período		-19 795,80	-16 815,77
<b>Total do capital próprio</b>	<b>DACP</b>	<b>1 359 305,47</b>	<b>1 138 841,51</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Financiamentos obtidos	11	394 364,52	761 240,48
		<b>394 364,52</b>	<b>761 240,48</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	9	0,00	529,20
Adiantamentos de clientes		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	7	36,00	36,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Outras contas a pagar	9	24 348,74	36 397,66
Diferimentos		0,00	0,00
		<b>24 384,74</b>	<b>36 962,86</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>418 749,26</b>	<b>798 203,34</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		<b>1 778 054,73</b>	<b>1 937 044,85</b>

O Contabilista Certificado n.º 456

*Fernando Lourenço*

A Gerência

*Diana Vafaridis*

**Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas do período de 2017 (montantes em euros)**

RENDIMENTOS E GASTOS	Nº	2017	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados		0,00	0,00
Subsídios à Exploração		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		0,00	0,00
Fornecimentos e serviços externos	13	(13 713,45)	(3 512,23)
Gastos com o pessoal		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	16	54 570,62	54 261,37
Outros gastos e perdas	14	(4 115,69)	(1 165,39)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>36 741,48</b>	<b>49 583,75</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6	(56 537,28)	(56 538,08)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>(19 795,80)</b>	<b>(6 954,33)</b>
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	15	0,00	(9 861,44)
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>(19 795,80)</b>	<b>(16 815,77)</b>
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
<b>Resultado líquido do período</b>	17	<b>(19 795,80)</b>	<b>(16 815,77)</b>

O Contabilista Certificado n.º 456

A Gerência

*Fernando Soares*

*Gracia Jafaridei*

*P. Paul At*

*[Handwritten signature]*

Demonstração de resultados por Funções		Contribuinte: 508963923	
		01/12/2017	31/12/2017
Rubrica			
Vendas e serviços prestados (a)	0,00	0,00	
Custo das vendas e dos serviços prestados (b)	-13 713,45	-3 512,23	
Resultado bruto	-13 713,45	-3 512,23	
3 Outros rendimentos	54 570,62	64 261,37	
4 Gastos de distribuição	0,00	0,00	
5 Gastos administrativos	-60 652,97	-57 703,47	
6 Gastos de investigação e desenvolvimento	0,00	0,00	
7 Outros gastos	0,00	0,00	
Resultado operacional	-19 795,80	-6 954,33	
8 Gastos de financiamento (líquidos)	0,00	-9 861,44	
9 Resultados imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos (3)	0,00	0,00	
10 Rendimentos de investimentos financeiros (3)	0,00	0,00	
11 Perdas de imparidade e suas reversões (3)	0,00	0,00	
12 Ganhos (perdas) cambiais (3)	0,00	0,00	
Resultado antes de impostos	-19 795,80	-16 815,77	
13 Imposto sobre o rendimento do período	0,00	0,00	
Resultado líquido do período	-19 795,80	-16 815,77	

O Contabilista Certificado n.º 456

A Gerência

*Fernando Soares*

*Diana Veloso*

*[Handwritten signature]*

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO DIRETO**

	PERÍODO	
	2017	2016
<b>Fluxo das atividades operacionais</b>		
Recebimentos de clientes	735,64	367,82
Pagamentos a fornecedores	20 475,14	2 646,00
Pagamentos ao pessoal	0,00	0,00
Caixa gerada pelas operações	-19 739,50	-2 278,18
Pagamentos/recebimento do imposto s/ rendimento	4 030,00	3 350,00
Outros pagamentos/recebimentos atividade operacional	-35 893,62	-30 873,84
Fluxo de caixa das atividades operacionais	-59 663,12	-36 502,02
<b>Fluxo das atividades de investimento</b>		
Pagamentos provenientes de:		
Ativos fixos tangíveis	0,00	0,00
Ativos intangíveis	0,00	0,00
Investimentos financeiros	0,00	0,00
Subsídios de investimento	0,00	0,00
Outros ativos	0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:		
Ativos fixos tangíveis	0,00	0,00
Ativos intangíveis, Investimentos financeiros	0,00	0,00
Outros ativos	0,00	0,00
Subsídios ao investimento	54 166,80	54 166,80
Juros e rendimentos similares	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
Fluxo de caixa das atividades de investimento	54 166,80	54 166,80
<b>Fluxo das atividades de financiamento</b>		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	0,00	0,00
Realizações de capital e out. instrumentos de capital próprio	0,00	0,00
Cobertura de prejuízos	0,00	0,00
Doações	0,00	0,00
Outras operações de financiamento	0,00	175 598,06
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	0,00	0,00
Juros e custos similares	0,00	9 861,44
Dividendos	0,00	0,00
Reduções de capital e out. instrumentos de capital próprio	0,00	17 567,47
Outras operações de financiamento	0,00	160 000,00
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	0,00	-11 830,85
Varição da caixa e seus equivalentes	-5 496,32	5 833,93
Efeito das diferenças de câmbio	0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	7 077,49	1 243,56
Caixa e seus equivalentes no fim do período	1 581,17	7 077,49

O Contabilista Certificado n.º 456

A Gerência

*Fernando Soares*

*Diana Valcarlos*  
*P. José A. S.*



## ***ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS***

### **1. Identificação da Entidade:**

1.1 — *Designação da entidade: Pousada da Juventude da Caldeira do Santo Cristo Lda.*

1.2 — *Sede: Canada da Vinha Nova.*

1.3 — *Natureza da atividade: Pousada de Juventude.*

### **2. Princípios Contabilísticos:**

A sociedade apresenta as suas demonstrações financeiras de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Dec. Lei n.º 158/2009, de 13 de julho.

### **3. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:**

3.1 As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o critério base do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para os instrumentos financeiros derivados, ativos biológicos, propriedades de investimento, ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados e ativos financeiros disponíveis para venda, exceto aqueles para os quais o justo valor não está disponível.

As políticas contabilísticas apresentadas foram aplicadas de forma consistente em todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

— Outras políticas contabilísticas:

#### **3.2 a) Contabilização das participações financeiras em subsidiárias e associadas**

Os investimentos em subsidiárias e associadas que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda ou incluídos num grupo para alienação que esteja classificado como ativos não correntes detidos para venda, são reconhecidos ao custo de aquisição (ou em alternativa

pelo método da equivalência patrimonial) e são sujeitos a testes de imparidade periódicos, sempre que existam indícios que determinada participação financeira possa estar em imparidade.

### 3.2 b) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis da sociedade encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade. Na data da transição para as NCRF, 1 de Janeiro de 2010, a sociedade decidiu considerar como custo dos ativos fixos tangíveis o seu valor reavaliado determinado em conformidade com as anteriores políticas contabilísticas, o qual era equiparável em termos gerais ao custo mensurado de acordo com as NCRF.

Os custos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a sociedade. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como gastos à medida que são incorridas de acordo com o regime de acréscimo.

A sociedade procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados.

Os terrenos não são amortizados. As amortizações dos ativos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes (método linear) de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

	<b>% Anual</b>
Edifícios e outras construções	4 e 10
Equipamento Básico	5 a 10
Equipamento de transporte	15
Ferramentas e utensílios	10
Equipamento Administrativo	10 a 15
Taras e vasilhame	10 e 20

As despesas subsequentes de substituição de componentes de ativos fixas incorridas pela Empresa são adicionadas aos respetivos ativos corpóreos, sendo o valor líquido das componentes substituídas desses ativos abatido e registado como um custo na rubrica de “Outros custos operacionais”.

As despesas de conservação e reparação que não aumentam a vida útil, nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos das imobilizações corpóreas, são registadas como custo do exercício em que ocorrem.

### 3.2 c) Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos na demonstração da posição financeira quando a Empresa se torna parte contratual do respetivo instrumento financeiro.

#### Dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros são registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas na rubrica de “Perdas de imparidade em contas a receber”, por forma a que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido. Usualmente as dívidas de terceiros não vencem juros.

#### Classificação de capital próprio ou passivo

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam. Os instrumentos de capital próprio são contratos que evidenciam um interesse residual nos ativos da Empresa após dedução dos passivos.

#### Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo “custo amortizado”. Eventuais despesas com a emissão desses empréstimos são registadas como uma dedução à dívida e reconhecidas, ao longo do período de vida desses empréstimos, de acordo com a taxa de juro efetiva. Os encargos financeiros calculados de acordo com a taxa de juro efetiva, incluindo prémios a pagar são contabilizados na demonstração de resultados de acordo com o princípio de especialização dos exercícios.

#### Contas a pagar

As contas a pagar, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal.

#### Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco de alteração de valor insignificante.

### 3.2 d) Subsídios governamentais

Os subsídios governamentais são reconhecidos inicialmente quando existe uma certeza razoável que o subsídio será recebido e que a empresa irá cumprir com as condições associadas à atribuição do subsídio. Os subsídios que compensam a sociedade pela aquisição de um ativo são reconhecidos inicialmente no capital próprio e registados em resultados numa base sistemática de acordo com a vida útil do ativo. Os subsídios que compensam a sociedade por despesas incorridas são reconhecidos inicialmente como diferimento (passivo) e registados na demonstração dos resultados numa base sistemática, no mesmo período em que as despesas são reconhecidas.

### 3.2 e) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis da Sociedade encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas amortizações acumuladas e das perdas por imparidade.

A sociedade procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

### 3.2 f) Inventários

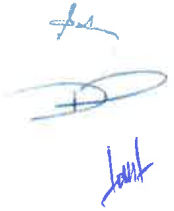
As mercadorias encontram-se valorizadas ao custo médio de aquisição, que inclui o preço de fatura e todas as despesas até à sua entrada em armazém, o qual é inferior ao respetivo valor de mercado.

### 3.2 g) Contas a receber

As contas a receber são inicialmente reconhecidas ao seu justo valor, sendo subsequentemente valorizadas ao custo amortizado, sendo apresentadas em balanço deduzidas das perdas por imparidade que lhe estejam associadas.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objetiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.





### 3.2 f) Capital Social e Ações Próprias

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio. Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou outros instrumentos de capital próprio são apresentados como uma dedução, líquida de impostos, ao valor recebido resultante desta emissão.

Os custos diretamente imputáveis à emissão de novas ações ou opções, para a aquisição de um negócio são incluídos no custo de aquisição, como parte do valor da compra.

### 3.2 g) Provisões

São reconhecidas provisões sempre que a entidade tenha uma obrigação legal ou construtiva, como resultado de acontecimentos passados, seja provável que uma saída de fluxos de recursos se torne necessária para liquidar a obrigação e possa ser efetuada uma estimativa fiável do montante da obrigação. Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras. As provisões são revistas na data de balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

### 3.2 h) Rendimentos e gastos

Os rendimentos e gastos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio de contabilidade em regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros ativos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

O rédito compreende os montantes faturados na venda de produtos ou prestações de serviços líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos.

### 3.2 j) Resultados financeiros

Os resultados financeiros incluem os juros pagos pelos empréstimos obtidos, os juros recebidos de aplicações efetuadas, os dividendos recebidos, os ganhos e perdas resultantes de diferenças de câmbio, os ganhos e perdas realizados, assim como as variações de justo valor relativas a instrumentos financeiros e as variações de justo valor dos riscos cobertos, quando aplicável.

Os juros são reconhecidos de acordo com o regime de acréscimo.

**3.2 k) Impostos sobre rendimentos**

Os impostos sobre lucros registados em resultados, incluem o efeito dos impostos correntes e diferidos. Os impostos correntes correspondem ao valor esperado a pagar sobre o rendimento tributável do período, utilizando a taxa de imposto em vigor, à data de balanço, e quaisquer ajustamentos aos impostos de períodos anteriores.

**3.2 l) Caixa e equivalentes de caixa**

A caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a doze meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

**3.3 — Principais pressupostos relativos ao futuro:**

**GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO**

**3.3.1 Riscos de Mercado**

**a) Risco de Taxa de Juro – POLÍTICA**

Em resultado da manutenção de dívida a taxa variável no seu Balanço e dos consequentes fluxos de caixa de pagamento de juros, a entidade está exposta ao risco de taxa de juro do Euro.

Considerando que:

- A volatilidade nos resultados da entidade, não depende apenas da volatilidade dos seus resultados financeiros associada à volatilidade de taxas de juro;
- Em situações normais de mercado, existe uma correlação entre os níveis de taxa de juro e o crescimento económico, sendo de esperar que o impacto de movimentos na taxa de juro (e respetiva volatilidade nos fluxos de caixa associados ao serviço de dívida) pode em certa medida ser compensado, pelos movimentos nas restantes rubricas de demonstração de resultados, nomeadamente resultados operacionais;
- A contratação de qualquer estrutura de cobertura, tem implícito um custo de oportunidade associado, a política da entidade relativamente à mitigação deste risco não estabelece a manutenção de qualquer proporção mínima de dívida a taxa fixa (convertida em taxa fixa mediante a utilização de instrumentos financeiros derivados), optando em alternativa por uma abordagem dinâmica de monitorização da

exposição que permita uma adequação das condições de mercado à real exposição da entidade, de forma a evitar a abertura de exposição que pode ter impacto real nos resultados da entidade.

#### b) Risco de Taxa de Câmbio

A entidade não apresenta um nível imaterial de exposição a risco de taxa de câmbio.

#### 3.3.2 Risco de Crédito

O risco de crédito, na entidade resulta maioritariamente dos créditos sobre os seus clientes, relacionados com a atividade operacional e do seu relacionamento com Instituições Financeiras, no decurso normal da sua atividade

A gestão de risco da entidade está estruturada nas necessidades próprias dos negócios da entidade tendo em constante consideração:

- As particularidades do perfil de clientes associados a cada um dos negócios;
- A determinação criteriosa de limites de crédito adequados, por um lado, ao perfil de cliente e, por outro lado, à natureza do negócio, evitando a excessiva concentração de crédito e, conseqüentemente minimizando a sua exposição àquele risco;
- Uma regular monitorização das contas de cliente;
- O estabelecimento de processos fragmentados de concessão de crédito, com a criação de uma segregação entre os procedimentos administrativos e os procedimentos de decisão;
- O recurso às vias legalmente necessárias para recuperação de crédito.

#### 3.3.3 Risco de Liquidez

A gestão do risco de liquidez tem por objetivo garantir que, a todo o momento, a entidade mantém a capacidade financeira para, dentro de condições de mercado não desfavoráveis: (i) cumprir com as suas obrigações de pagamento à medida do seu vencimento e (ii) garantir atempadamente o financiamento adequado ao desenvolvimento dos seus negócios e estratégia.

A Empresa tem como política compatibilizar os prazos de vencimento de ativos e passivos, gerindo as



## Pousada de Juventude da Caldeira de Santo Cristo

respetivas maturidades de forma equilibrada.

### 3.3.4 Principais fontes de incerteza das estimativas

#### *Impostos sobre os lucros*

A sociedade encontra-se sujeita ao pagamento de impostos sobre os lucros de acordo com a lei portuguesa. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas.

Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal dos negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente dos impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

Em Portugal, as Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela sociedade, durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção da sociedade de que não haverá correções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras.

## 4. Fluxos de caixa:

4.1 — Não existem saldos de caixa e seus equivalentes que estejam indisponíveis para uso

4.2 — Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários.

	<u>31-dez-17</u>	<u>31-dez-16</u>
Caixa	0,00	214,00
Depósitos à ordem	1.581,17	6.863,49
Depósitos a prazo	0,00	0,00
Caixa e depósitos bancários	1.581,17	7.077,49
Outros ativos financeiros	0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes	1.581,17	7.077,49

**5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:**

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, não se verificaram alterações significativas de políticas contabilísticas nem a necessidade de proceder à correção de erros fundamentais

**6. Ativos fixos tangíveis:**

	Terrenos e Edifícios	Equipamentos Básico	Equipamento Transporte	Equipamento Administrativo	Outros Ativos Fixos Tangíveis	A. F. Tangíveis em Curso	Total dos Ativos Fixos Tangíveis
<b>Ativo bruto:</b>							
Saldo inicial a 1-1-2017	2.025.213,08	139.260,34	0,00	1.173,49	0,00	0,00	2.165.646,91
Investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desinvestimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desreconhecimento SNC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências e abates	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo final a 31-12-2017	2.025.213,08	139.260,34	0,00	1.173,49	0,00	0,00	2.165.646,91
Saldo inicial a 1-1-2017	193.913,88	104.445,14	0,00	880,09	0,00	0,00	338.223,11
Depreciações e perdas de imparid. do período	38.393,20	17.407,44	0,00	146,64	0,00	0,00	56.537,28
Transferências e abates	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desreconhecimento SNC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo final a 31-12-2017	271.881,08	121.852,58	0,00	1.026,73	0,00	0,00	394.760,39
Valor líquido							
A 01-01-2017	1.792.315,20	34.815,20	0,00	293,40	0,00	0,00	1.827.423,80
A 31-12-2017	1.753.332,00	17.407,76	0,00	146,76	0,00	0,00	1.770.886,52

## Pousada de Juventude da Caldeira de Santo Cristo

### 7. Conta Estado

A discriminação dos valores constantes da conta estado é a seguintes:

<b>Saldos devedores</b>	<b>31-dez-17</b>	<b>31-dez-16</b>
IRC	4.030,00	3.350,00
Imposto sobre o valor acrescentado	1.557,04	1.168,24
Outros impostos	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>5.587,04</b>	<b>4.518,24</b>

<b>Saldos credores</b>	<b>31-dez-17</b>	<b>31-dez-16</b>
Pagamento por conta de IRC	0,00	0,00
Retenções na fonte de terceiros	36,00	36,00
Imposto estimado	0,00	0,00
Retenções na fonte a terceiros	0,00	0,00
Contribuições para Segurança Social	0,00	0,00
Tributos das autarquias locais	0,00	0,00
Imposto selo	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>36,00</b>	<b>36,00</b>

A empresa não possui dívidas ao estado nem à segurança social em situação de mora

### 8. Capital Próprio

O capital social é de 1.150.000,00 e encontra-se totalmente realizado.

As variações ocorridas nesta rubrica encontram-se demonstradas no mapa respetivo apresentado nas demonstrações financeiras.

**9. Fornecedores e outras contas a pagar**

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 esta rubrica respeitava a valores a pagar resultantes de aquisições decorrentes do curso normal da atividade da Empresa e correspondem na totalidade a fornecedores CC. E que se entende que o valor contabilístico destas dívidas é aproximado ao seu justo valor.

	<b>31-dez-17</b>	<b>31-dez-16</b>
<b>Fornecedores conta corrente</b>		
	0,00	0,00
<b>Fornecedores conta corrente</b>	0,00	529,20
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>529,20</b>

<b>Outras contas a pagar - Corrente</b>	<b>31-dez-17</b>	<b>31-dez-16</b>
<b>Credores por acréscimos de gastos</b>		
Seguros a Liquidar	0,00	0,00
Remunerações a liquidar	0,00	0,00
Juros a liquidar	0,00	0,00
Outros credores por acréscimos de gastos	0,00	0,00
	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Outros credores - Corrente</b>		
Outros credores	24.348,74	36.397,66
	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total</b>	<b>24.348,74</b>	<b>36.397,66</b>

**10. Fornecedores e outras contas a receber**

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 esta rubrica respeitava a valores a receber resultantes de aquisições decorrentes do curso normal da atividade da Empresa e correspondem na totalidade a operações relacionadas com recebimento do subsídio destinado ao Investimento. E que se entende que o valor contabilístico é aproximado ao seu justo valor.

## Pousada de Juventude da Caldeira de Santo Cristo

<b>Outras contas a receber - Não Corrente</b>	<b>31-dez-17</b>	<b>31-dez-16</b>
<b>Outros credores - Corrente</b>		
Outros Devedores	0,00	98.025,32
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>98.025,32</b>

### 11. Financiamentos Obtidos

<b>Financiamentos obtidos não corrente</b>	<b>31-dez-17</b>	<b>31-dez-16</b>
Empréstimos bancários	0,00	0,00
Locações financeiras	0,00	0,00
Leasings	0,00	0,00
Outros financiamentos	394.364,52	761.240,48
<b>Total</b>	<b>394.364,52</b>	<b>761.240,48</b>

### 12. Sócios

Abaixo se representa a distribuição do capital pelos sócios:

- Ilhas de Valor SA – 60,87%
- Santuário da Caldeira Santo Cristo – 39,13%

### 13. Fornecimentos e serviços externos

A rubrica “Fornecimentos e serviços externos”, nos exercícios de 2017 e 2016, podem ser detalhada como se segue:



## Pousada de Juventude da Caldeira de Santo Cristo

*X*  
*D*  
*Luiz*

	<b>31-dez-17</b>	<b>31-dez-16</b>
Subcontratos	0,00	0,00
Trabalhos Especializados	0,00	0,00
Publicidade e Propaganda	0,00	0,00
Vigilância e Segurança	0,00	0,00
Honorários	2.160,00	2.160,00
Conservação e Reparação	0,00	0,00
Serviços Bancários	10.322,56	183,91
Ferramentas e Ut. Desgaste Rápido	0,00	0,00
Livros e Documentação Técnica	0,00	0,00
Material de Escritório	0,00	0,00
Artigos para Oferta	0,00	0,00
Outros Materiais	0,00	0,00
Eletricidade	0,00	0,00
Combustíveis	0,00	0,00
Água	0,00	0,00
Óleos e Lubrificantes	0,00	0,00
Outra Energia e Fluidos	0,00	0,00
Deslocações e Estadas	0,00	0,00
Transporte Mercadorias	0,00	0,00
Outras Deslocações	0,00	0,00
Rendas e Alugueres	0,00	0,00
Comunicação	0,00	0,00
Seguros	1.089,89	1.063,32
Contencioso e Notariado	141,00	105,00
Despesas de Representação	0,00	0,00
Limpeza e Higiene	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>13.713,45</b>	<b>3.512,23</b>

## Pousada de Juventude da Caldeira de Santo Cristo

### 14. Outros Gastos e perdas têm a seguinte composição:

	<b>31-dez-17</b>	<b>31-dez-16</b>
Impostos	4.115,69	1.000,32
Taxas	0,00	53,00
Donativos	0,00	0,00
Outros	0,00	112,07
<b>Total</b>	<b>4.115,69</b>	<b>1.165,39</b>

### 15. Os Gastos financeiros têm a seguinte composição:

	<b>31-dez-17</b>	<b>31-dez-16</b>
<u>Juros de financiamentos suportados</u>		
Juros bancários	0,00	0,00
Juros de outros empréstimos	0,00	0,00
Juros compensatórios	0,00	0,00
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros	0,00	9.861,44
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>9.861,44</b>

### 16. Outros Rendimentos e Ganhos:

Face à conclusão das obras está a ser imputado aos exercícios o correspondente valor recebido a título de Subsídio ao Investimento.

	<b>31-dez-17</b>	<b>31-dez-16</b>
Rendimentos Suplementares	0,00	0,00
Descontos Pronto Pagamento	0,00	0,00
Ganhos em Investimentos	54.166,80	54.166,80
Outros	403,82	94,57
<b>Total</b>	<b>54.570,62</b>	<b>54.261,37</b>

### 17. Resultados

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 os resultados obtidos foram os seguintes;

	<b>31-dez-17</b>	<b>31-dez-16</b>
Resultados Exercício	-19.795,80	-16.815,77
	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>-19.795,80</b>	<b>-16.815,77</b>

### 18. Data de Emissão

A Gerência autorizou a emissão das demonstrações financeiras a 15 de março de 2018.

O Contabilista Certificado n.º 456

*Fumando Soares*